



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário **0001324-08.2014.5.17.0011**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 28/05/2014

Valor da causa: R\$ 29.000,00

Partes:

AUTOR: PATRIQUIA DOS SANTOS EVANGELISTA

ADVOGADO: GUSTAVO ANGELI STORCH

ADVOGADO: GUSTAVO FERREIRA DE PAULA

ADVOGADO: ROSEMARY MACHADO DE PAULA

ADVOGADO: GILSON DE ALMEIDA ROCHA JUNIOR

RÉU: ALECRIM MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME

ADVOGADO: FLAVIO DA COSTA MORAES

RÉU: COBILANDIA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME

ADVOGADO: FLAVIO DA COSTA MORAES

RÉU: PREMIER MOVEIS LTDA - EPP

ADVOGADO: FLAVIO DA COSTA MORAES

RÉU: OSMAR MANOEL VIEIRA

RÉU: GILENO GIACOMIN

RÉU: JOSE LUIZ FERNANDES

TESTEMUNHA: JULIANA LEO LELIS

TESTEMUNHA: CINTIA LOPES DE SOUZA

TESTEMUNHA: LIDIANE DA SILVA

LEILOEIRO: SUED PETER BASTOS DYNA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
11ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA
ATOrd 0001324-08.2014.5.17.0011
AUTOR: PATRIQUIA DOS SANTOS EVANGELISTA
RÉU: ALECRIM MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - ME E OUTROS (6)

EDITAL DE LEILÃO

De ordem do Excelentíssimo Juiz da 11ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, faço saber que o leiloeiro designado, Sr. SUED PETER BASTOS DYNA, levará a público pregão, os bens abaixo relacionados, mediante as seguintes condições:

O leilão ocorrerá na modalidade ELETRÔNICA de alienação, no ambiente do site www.suedpeterleiloes.com.br, sendo 01/03/2021 (abertura) e 25/03/2021 (encerramento), a partir das 15 horas.

Para ofertar lances os interessados deverão se cadastrar previamente no site acima citado e encaminhar os documentos para análise e liberação do cadastro, ao leiloeiro, conforme as normas estabelecidas no site.

Serão admitidos lances com valor inferior ao da avaliação, desde que não seja considerado preço vil (50%) (Art. 891, caput e Parágrafo Único do CPC/2015).

O produto da alienação deverá ser pago pelo arrematante em até 24 horas a partir da data do encerramento do leilão, através de guia judicial vinculada ao processo, a qual será emitida pelo leiloeiro.

O arrematante pagará à vista, em até 24 horas a partir da data do encerramento do leilão, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, ao leiloeiro.

O leiloeiro prestará contas do leilão em até dois dias úteis subsequentes ao depósito do lance feito pelo arrematante, nos termos do art. 884, § V do CPC/2015.

Os lances serão preferencialmente pagos à vista.

Não havendo licitantes que ofertem o lance à vista, será admitido parcelamento nos termos do Art. 895, do CPC/2015.

Ficam cientes as partes de que, havendo acordo, pagamento ou adjudicação, que cancelem a realização do leilão já publicado, a comissão do leiloeiro ficará reduzida a 2,5% sobre o valor da

avaliação do bem, ou, se esta for muito superior ao montante da dívida, sobre o valor desta última, com as despesas a cargo do executado, exceto no caso de adjudicação, hipótese em que o ônus será do exequente.

Quando se tratar de bens móveis, fica o leiloeiro autorizado a efetuar a remoção dos mesmos, respondendo, a partir da respectiva remoção, pelo encargo de fiel depositário. (Art. 740, § 2º CPC/2015 e Art. 159 CPC/2015).

O local para onde serão removidos os bens, bem como o valor que será cobrado pelo armazenamento, deverá ser imediatamente comunicado ao Juízo.

O pagamento dos valores devidos pelo armazenamento ficará a cargo do(a) Executado(a) (Art. 789-A, VIII, da CLT), exceto no caso de arrematação do(s) bem(ns), hipótese em que essa despesa será quitada com parte do valor arrecadado.

O(a) executado(a) não poderá impedir o leiloeiro e/ou seu representante legal de vistoriar e fotografar e, se entender necessário, remover os bens penhorados, ficando desde já, advertida de que a obstrução ou impedimento constitui crime, nos termos do artigo 330 do Código Penal.

O leiloeiro deverá informar imediatamente a este Juízo, por e-mail, eventual tentativa de obstrução do seu trabalho, a fim de que seja expedido, também de imediato, mandado judicial para que o Oficial de Justiça acompanhe o leiloeiro para dar cumprimento à remoção de bens, vistoria ou outra medida que seja necessária para viabilizar a hasta pública. No mandado constará a determinação para requisição de força policial, pelo Oficial de Justiça, caso entenda necessário.

Descrição do(s) bem(ns): 1) Apartamento nº 204, Bloco A, do Edifício Village D'Or, situado na Rua Antônio Aleixo, 470, Consolação, Vitória/ES, avaliado em R\$ 175.000,00.

2) Vaga de garagem descoberta no Edifício Village D'Or, situado na Rua Antônio Aleixo, 470, Consolação, Vitória/ES, avaliada em R\$ 15.000,00.

Valor da avaliação: R\$ 190.000,00

Valor de Execução: R\$ 37.548,33

O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontrar(em), não cabendo à Justiça e/ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências para o transporte daquele(s) arrematados.

Em caso de arrematação, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável. (Art. 903, CPC/2015)

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação começará a contar após a assinatura do Auto pelo Leiloeiro, pelo Arrematante e pelo Juiz, independentemente de intimação.

A Arrematação é forma de aquisição originária, sobre a qual não deve recair qualquer dívida nanterior, pois estas se subrogam no preço da arrematação. (Parágrafo único Art. 130 CTN e Art. 908, § 1º do CPC/2015).

Atendendo ao princípio da ampla publicidade (Art. 887, § 2º do CPC/2015) este edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), no sítio eletrônico do leiloeiro nomeado www.suedpeterleiloes.com.br e também afixado na sede do juízo.

Caso algumas das partes se encontre em local incerto e não sabido, ESTE EDITAL SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO (Art. 889, Parágrafo único, CPC/2015).

Dado e passado nesta cidade de VITORIA/ES.

Eu, CLAUDIO COELHO BARRETO, digitei.

VITORIA/ES, 21 de janeiro de 2021.

CLAUDIO COELHO BARRETO



Assinado eletronicamente por: CLAUDIO COELHO BARRETO - Juntado em: 21/01/2021 13:58:53 - 3b5c525
<https://pje.trt17.jus.br/pjekz/validacao/21012113582029600000021994611?instancia=1>
Número do processo: 0001324-08.2014.5.17.0011
Número do documento: 21012113582029600000021994611